

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO

CURSO DE HISTÓRIA

DIEGO ALVES NAIBERT

**O “BANDIDO SOCIAL” PACO E SUA ATUAÇÃO EM REGIÃO DE COLONIZAÇÃO
ITALIANA DO RS (1900-1931)**

SÃO LEOPOLDO

2023

DIEGO ALVES NAIBERT

**O “BANDIDO SOCIAL” PACO E SUA ATUAÇÃO EM REGIÃO DE COLONIZAÇÃO
ITALIANA DO RS (1900-1931)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História, pelo Curso de Licenciatura em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador(a): Prof.^a Dra. Maíra Ines Vendrame

SÃO LEOPOLDO

2023

DIEGO ALVES NAIBERT

**O “BANDIDO SOCIAL” PACO E SUA ATUAÇÃO EM REGIÃO DE COLONIZAÇÃO
ITALIANA DO RS (1900-1931)**

Aprovado em ____ de novembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

PROF.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Cristina e Nilmar que sempre me apoiaram nesta trajetória. Ambos ajudaram de muitas maneiras. Os últimos dois anos foram particularmente mais difíceis que os demais, devido a uma série de acontecimentos globais que afetaram a todos, de diferentes maneiras e intensidades.

Agradeço principalmente à minha mãe que não desistiu de lutar contra um inimigo invisível e implacável que ceifou a vida de muitos; sua força e coragem só não são maiores do que seu profundo amor e carinho.

Aos meus avós, Walmir e Zeni, que também sempre me apoiaram. Infelizmente, meu avô perdeu a batalha para o terrível inimigo invisível, um senhor muito alegre e jovial, que até o final sempre sorriu.

Aos meus colegas e amigos, Dalvan Rech, Gustavo Mossmann, Nathan Almeida, com suas contribuições e debates sobre essa ciência tão inspiradora que é a História. Muitas foram as noites discutindo textos e refletindo juntos sobre uma miríade de temas; ter estudado com vocês foi muito mais que um prazer, foi um privilégio.

Ao meu querido amigo Lorrán que largamente contribuiu para que não somente este trabalho fosse possível, mas me ensinou a preparar aulas, lecionar; sua perícia com PPTs é lendária! À minha amiga Cátia que, com sua mente afiada e inteligência apurada, me ajudou com a estrutura e críticas sobre a escrita. Meu amigo Luiz que me deu força e coragem nas várias vezes que pensei que não conseguiria terminar o curso.

À minha orientadora Professora Doutora Máira Vendrame que me forneceu toda a base teórica para este trabalho; suas pesquisas sobre a colonização italiana serviram de base na análise histórica deste trabalho. À minha coorientadora Marinilse que sempre esteve disposta a ajudar independentemente de hora ou dia; sua simpatia e paciência, assim como seu conhecimento, foram de grande ajuda.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a atuação de Francisco Sanches, mais conhecido por “Paco”, em uma Região de Colonização Italiana (RCI) no território do Rio Grande do Sul, no período conhecido como “República Velha”. Iremos apresentar as dinâmicas e desdobramentos da trajetória de Paco em área ocupada por imigrantes italianos e as articulações políticas que esteve envolvido esse personagem. Para isso, utilizaremos o conceito de “bandido social” de Eric Hobsbawm e fontes bibliográficas que tratam dos temas imigração italiana e banditismo no Brasil, assim como reportagens de jornais que buscaram reconstruir as diferentes imagens atribuídas ao sujeito. Como metodologia, buscamos na micro-história inspiração para recuperar partes da trajetória de Paco, tendo o nome como guia para nos orientar nos distintos contextos em que o personagem esteve envolvido. Como conclusão, acreditamos que Paco teve sua trajetória fortemente ligada ao sistema de poder do Partido Republicano Rio-grandense durante a República Velha no Rio Grande do Sul, utilizando-se do jogo político para conseguir benefícios e, ao mesmo tempo, sendo usado pelos poderosos para a manutenção do PRR no comando do Estado.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul, República Velha, Banditismo Social, RCI, Paco.

ABSTRACT

This study aims to analyze the actions of Francisco Sanches, better known as "Paco," in a Region of Italian Colonization (RCI) in the territory of Rio Grande do Sul during the period known as the "República Velha." We will present the dynamics and developments of Paco's trajectory in an area occupied by Italian immigrants and the political connections in which this character was involved. To achieve this, we will apply Eric Hobsbawm's concept of "social bandit" and draw on bibliographic sources addressing Italian immigration and banditry in Brazil, as well as newspaper articles that sought to reconstruct the different images attributed to the subject. Our methodology draws inspiration from micro-history to recover parts of Paco's trajectory, using his name as a guide to navigate the various contexts in which the character was involved. In conclusion, we believe that Paco's trajectory was closely linked to the power structure of the Rio Grande do Sul Republican Party during the República Velha, using political maneuvering to gain benefits and, simultaneously, being used by the powerful to maintain the PRR in control of the state.

Keywords: Rio Grande do Sul, República Velha, Social Banditry, RCI, Paco.

Lista de Imagem

Imagem 1: Propaganda do Brasil difundida no norte da Itália.....17

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 JUSTIFICATIVA.....	8
1.2 OBJETIVO GERAL.....	9
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
2. METODOLOGIA	10
3. UM PEDAÇO DA ITÁLIA NO BRASIL. A FORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, A IMIGRAÇÃO ITALIANA E A FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS DE VILA ISABEL E ALFREDO CHAVES.	12
3.1 A FORMAÇÃO DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO.....	12
3.2 IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ITALIANA NO SUL BRASIL.	15
3.2.1 A FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE DONA ISABEL E O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO	19
3.2.2 A FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE ALFREDO CHAVES	20
3.3 COMO ERA ORGANIZADA A SOCIEDADE NAS REGIÕES DE COLONIZAÇÃO ITALIANA (RCI).	21
4. “UM BANDIDO DE FAMÍLIA”: ANÁLISE DO BANDIDO SOCIAL FRANCISCO SANCHES, O PACO.	23
4.1 A HISTÓRIA DE FRANCISCO SANCHES	23
4.2 AS DIFERENTES VISÕES ACERCA DE PACO.....	30
5. CONCLUSÃO	33
6. BIBLIOGRAFIA.....	37

1 INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA

A imigração italiana teve no Brasil seu ápice na última década do século XIX e início do século XX. Entre os principais destinos estavam os cafezais do estado de São Paulo e as terras devolutas para a colonização no Rio Grande do Sul. Sua vinda ocorria também por meio de recrutamentos promovidos por agentes de imigração que vendiam uma imagem de que o Brasil era um paraíso abundante de oportunidades nas Américas. A viagem poderia durar até 40 dias e, para a maioria, ela se dava em condições insalubres, não sendo incomum as epidemias à bordo devido às precárias acomodações e a superlotação dos navios.

Os imigrantes vinham em busca de uma vida melhor, tendo como perspectiva a mudança de status social, entendendo a partida de sua pátria de origem como a possibilidade de adquirir a propriedade de terras e de cultivá-la com liberdade, tornando-se senhores de seu destino. Quando as famílias imigrantes chegaram ao Brasil, a realidade por elas encontrada era diferente daquela imaginada. Poucas eram as famílias que já tinham algum parente no Brasil capaz de facilitar-lhes sua acomodação. As famílias recebiam terras para o cultivo, muitas vezes localizadas em matas fechadas ou de banhados. Era preciso muito trabalho para adaptá-las aos cultivos.

Os italianos tinham forte desejo de formar comunidades autônomas, reservadas aos seus costumes tendo em vista que estavam ocupando uma nova terra, sem que estivessem plenamente integrados à língua e aos costumes locais. Esta diferenciação cultural acabou por gerar comunidades distintas daquelas formadas pelos brasileiros, porém, isso não quer dizer que não houve contato entre os grupos étnicos.

Os italianos, por exemplo, tinham como base de sua economia sociocultural o núcleo familiar, vivendo conforme costumes de seus antepassados europeus. Por esta razão, viam com desconfiança àqueles que não estivessem ligados à sua comunidade de origem. Dessa forma, o presente estudo irá analisar como o personagem “espanhol” Paco fazia uso de uma identidade múltipla, aproveitando-se de conhecimento adquirido na vivência com os colonos italianos para tentar construir um

capital simbólico que lhe trouxesse respeito na região. Através da análise das redes de compadrios, busca-se averiguar como Paco operava nesse contexto, pois ter influência nestas colônias era a base para alcançar certo poder político. Por conseguinte, do ponto de vista antropológico e histórico, justifica-se esse estudo por apresentar temas que, apesar de diretamente conectados a imigração italiana no Rio Grande do Sul, são poucos pesquisados, como a questão de outra etnia (no caso a espanhola) inserida em tal contexto, além do desenvolvimento do sistema político e a manutenção do poder local.

Elucidando como se dava esse trânsito político e como agiam e interagiam os indivíduos, pode-se compreender uma série de fatores, tais como: desapropriação de terras, proteção econômica e política, motivações para a ampliação do banditismo social, assim como a manipulação da política no período. Ainda, traçar a trajetória de um sujeito controverso, pertencente a uma cultura não italiana, compreender as migrações de outras partes, captando as suas redes de conexões. Isso nos esclarece muito acerca de temas que por longos períodos foram negligenciados. Além disso, compreender a trajetória de um descendente de espanhol no universo agrário de uma colônia italiana amplia a compreensão dos múltiplos e inquietantes movimentos migratórios, conectando motivações entre passado e presente.

1.2 OBJETIVO GERAL

- Analisar os conflitos e auxílios em torno do grupo de italianos com o “bandido” Paco e vice-versa;

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a colonização/ocupação de italianos no nordeste do Rio Grande do Sul (Bento Gonçalves e Veranópolis).
- Mapear a trajetória profissional e política de Paco.
- Analisar o contexto político riograndense e como Paco interagiu entre a sociedade colonial e o poder estatal.

Esta monografia centra seu olhar sobre o território do Rio Grande do Sul analisando as dinâmicas e desdobramentos do banditismo nas regiões de imigração italiana, dando particular atenção à história de Francisco Sanches, O “Paco”.

2. METODOLOGIA

A metodologia segue a linha da micro-história italiana. Com base em casos específicos, a micro-história insiste em uma dimensão historiográfica ampliada. O historiador busca um recorte, mas com a intenção de olhar além daquele espaço, quando se analisam trajetórias, a intenção não é descrever uma biografia, mas, sim, as características que poderão surgir através das particularidades do indivíduo e que levarão ao entendimento de um contexto muito mais amplo. Ou seja, o particular é o ponto de partida, não de chegada (Vendrame, 2016; Marina, 2022).

Entre os historiadores da micro-história, destaca-se Carlo Ginzburg, com diversas obras, entre elas, *O queijo e os vermes* (2006), onde descreve a trajetória de vida de Menocchio, um moleiro perseguido pela inquisição durante o decorrer do século XVI na região do Friuli, Itália. Já em “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico” (1989), Carlo Ginzburg e Carlo Poni defendem que o nome dos sujeitos é o “fio de Ariadne” por meio do qual os pesquisadores podem conduzir suas análises em qualquer local que ofereça fontes.

Giovanni Levi, na obra “A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII” (2000), faz uma análise das redes familiares e de clientela que se constituíram em torno do exorcista piemontês Giovanni Batista Chiesa. Levi traça a trajetória do seu protagonista averiguando fatos sobre o cotidiano do campesinato durante os séculos XVII e XVIII e percebendo como aconteciam e eram transmitidas as heranças materiais e imateriais de uma geração à outra. Já Edoardo Grendi (1998), instiga o pesquisador, em cada trabalho, a encontrar o “excepcional normal”, ou seja, a perceber em sujeitos comuns atitudes que modificaram o meio onde viviam.

Eric Hobsbawm (1975) nos dá as ferramentas para entender o banditismo presente na sociedade. Então, dessa forma, podemos aplicar o método da microanálise ao estudo dos fora da lei e proscritos das células sociais que compõem o corpo social imigrante, fornecendo um entendimento abrangente para inferir sobre

as particularidades do tema. Maíra Vendrame (2016) nos fornece o embasamento sobre a imigração, a vida social, honra familiar e práticas de justiça dos imigrantes italianos em regiões do sul do Brasil.

Referente ao emprego dos termos cadeias e redes, alguns autores se destacam quanto ao início dos estudos, como Franco Ramella (1995; 2001), Edoardo Grendi (1977) e os mesmos autores de modo conjunto (Levi e Ramella, 1989). Quanto ao termo cadeias migratórias, referente a estudos na América Latina, destaca-se o trabalho de Fernando Devoto (1987). Sobre redes no Sul do Brasil, sublinham-se Vendrame (2007; 2010; 2016), Farinatti (2008; 2018) e Farinatti e Vargas (2014). Em relação a estruturas familiares e genealogias, o que permite pensar acerca do tema em análise, consideram-se, entre outras, as pesquisas de Scott (2012) e Truzzi (2008; 2020) e sobre redes e conexões de grupo específico, dentro da mesma esfera étnica e familiar (italianos friulanos) e sua reorganização na América Latina, encontramos o estudo de Marina (2022).

3 UM PEDAÇO DA ITÁLIA NO BRASIL. A FORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, A IMIGRAÇÃO ITALIANA E A FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS DE VILA ISABEL E ALFREDO CHAVES.

3.1 A FORMAÇÃO DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

Iniciaremos este capítulo analisando a formação do Rio Grande do Sul, dos seus primórdios até a chegada dos imigrantes italianos, sua instalação e contribuições para a formação geográfica e cultural do estado.

Segundo Pesavento (2002), o território que hoje corresponde ao Rio Grande do Sul já era de conhecimento português, tendo sido explorado através de expedições litorâneas pré-coloniais que buscavam o pau-brasil ainda no séc. XVI, onde foram registradas a costa meridional da América Portuguesa, tendo sido dada à região o nome de “Rio Grande de São Pedro”. Para a autora, por mais de um século a região não foi explorada pelos portugueses, pois os interesses lusos estavam focados na produção de açúcar e pela busca de riquezas minerais. Sem a região do extremo-sul da América parecer promissora, nem para o cultivo de açúcar e nem para a exploração de metais preciosos, ela foi deixada de lado.

Outro fator importante é que a região era vista pela metrópole como uma área fronteiriça militarizada, tendo por objetivo defender as fronteiras do império português contra a constante presença espanhola, não sendo seu foco fazer da região um polo produtor.

Durante os anos em que existiu a União Ibérica (1580 – 1640), quando Portugal e Espanha estavam unificados, colonos portugueses e espanhóis utilizaram-se dessa premissa para explorar as áreas que antes não eram compreendidas como parte de seu território. Os jesuítas espanhóis exploravam o gado da região lusa e os portugueses se estabeleceram próximos a Buenos Aires, comercializando com um dos polos mineradores espanhóis, as minas de Potosí, no Peru.

Com o fim da União Ibérica em 1640, Portugal, visando manter seus negócios na região, funda, em 1680, a Colônia de Sacramento, argumentando que a mesma se situava dentro das linhas limítrofes portuguesas compreendidas no Tratado de Tordesilhas. A medida não foi bem aceita pelo reino espanhol e por diversas vezes a colônia trocou de mãos, com os espanhóis a tomando pelas armas e os portugueses

a retomando, ora pela luta armada, ora pela diplomacia. Este embate acerca da colônia de Sacramento encontrou resolução apenas em 1750, através do Tratado de Madrid com a dita colônia passando às mãos espanholas, em troca os sete povos das missões jesuíticas se tornaram parte do domínio português. Ainda assim, cabe ressaltar que o tratado encerrou apenas aos embates relativos à colônia em específico, as disputas de fronteira entre portugueses e espanhóis continuaram a existir no Brasil meridional por muito tempo após a assinatura do tratado.

Outro fator determinante para o povoamento da região foi o surgimento das minas de metais preciosos na zona das Gerais. Com o fluxo da mineração, passou a existir uma necessidade de abastecimento para a região, tornando importante a exploração do grande rebanho bovino, chamado de Vacaria Del Mar, existente no extremo sul da América portuguesa.

Ambos os fatores fizeram necessárias medidas de povoamento, visando fortalecer o domínio português sobre a região. Primeiro através dos fluxos migratórios espontâneos, incentivados pela coroa através da concessão de sesmarias - terras devolutas, medindo em regra 3 léguas por 1 légua (cerca de 13000 hectares) (PESAVENTO, 2002, p.15) – que no Sul possuíam um diferencial se comparadas às do Nordeste, pois não tinham como pré-requisito uma grande quantidade de recursos, tendo sido cedidas como retribuição a serviços militares prestados, o que contribuía para a maior segurança da fronteira lusa. Outra forma de povoamento se deu através das datas de terra. Helen Osório (2006, p.159) nos explica que as datas de terra

[...] eram concedidas pelo governador do Rio Grande aos pequenos lavradores, em princípio aos casais açorianos. Essa forma de concessão fazia parte da política colonizadora do Sul e não possuía um estatuto jurídico próprio. Concedia-se dessa forma propriedades que não excediam um quarto de légua em quadra, ou seja, 272 hectares.

Durante o século XIX, mais precisamente na vigência do Segundo Reinado, o Império Brasileiro passou a contar com um grande fluxo de imigrantes europeus (principalmente italianos e alemães), vindos para suprir à demanda de mão de obra aberta pelo número crescente de afro-brasileiros alforriados¹. Estes, por sua vez,

¹ Importante mencionar sobre as leis do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e, por fim, da Lei Áurea. Porém, tais leis eram apenas o efeito político de pressões abolicionistas e revoltas escravas que aumentavam no Brasil da segunda metade do século XIX.

desejavam obter suas próprias terras e empreender, com vistas a subirem socialmente.

Por parte do Império, fez-se necessário criar um arcabouço jurídico que garantisse a manutenção das estruturas de poder tanto do próprio Império como das oligarquias a ele vinculadas. Com este fim, foi criada A Lei de Terras de 18 de setembro de 1850, que versava sobre as terras do Império, fossem elas terras devolutas ou das normas para aquisição e legitimação da posse das mesmas. A Lei tinha por objetivo dificultar o acesso à terra a afro-brasileiros e imigrantes, mantendo as estruturas de poder vigentes. Outro objetivo dizia respeito a delimitar quais e por quem as terras seriam ocupadas, como veremos a seguir.

Art. 12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º, para a colonização dos indigenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaesquer outras servidões, e assento de estabelecimentos publicos: 3º, para a construção naval.

Art. 14. Fica o Governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta publica, ou fóra della, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta a venda...

Passando agora ao contexto da imigração europeia para o Brasil, entendemos que este foi um movimento de grande importância para nossa história, dando aqui particular foco à vinda dos italianos, sendo a mais numerosa e que ocorreu principalmente no final do século XIX e início do XX. O estudo da colonização italiana é um marco na construção da historiografia brasileira. A história da colonização é fundamental para a compreensão de todo o contexto que levou os imigrantes a se aventurarem em terras que se encontravam do outro lado do Atlântico, bem como os percalços por eles enfrentados, quer para cruzarem o mar, quer para assentarem-se nas terras da América do Sul e fazerem delas suas, até tornarem-se efetivamente ítalo-brasileiros, o que ocorria ao final de dois anos, como podemos ver no artigo 17 da lei de terras.

Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem a sua custa exercer qualquer industria no paiz, serão naturalizados querendo, depois de dous annos de residencia pela fórma por que o foram os da colonia de S. Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do município. (site planalto.gov.br)

3.2 IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ITALIANA NO SUL BRASIL

A colonização italiana no Rio Grande do Sul teve seu início em 1875 quando chegaram os primeiros colonos destinados às colônias imperiais situadas na região serrana do estado. Assentaram-se nas colônias de Conde D'Eu (atual Garibaldi) e Dona Isabel (atual Bento Gonçalves).

A vinda dos italianos, de acordo com Righi (*et al.* 2001), se deve à industrialização tardia da Itália, que não conseguia absorver o excedente de mão de obra oriunda do campo, o que acarretou problemas para o país, gerando uma massa de trabalhadores sem uma economia formada que os absorvesse. Isso os levou a buscarem oportunidades em outros países da Europa, bem como no além-mar.

Já para o Império brasileiro, se fazia necessário a importação de mão-de-obra especializada para a agricultura, tendo em vista que a cultura pecuária do Sul estava bem difundida. Os imigrantes viriam para fechar esta lacuna da produção agrária no sul do país.

A primeira onda migratória chegou ao Brasil em 1875, vindo em sua maioria das regiões do Veneto, Lombardia e Piemonte. Tendo sua intensificação por volta da década de 80 do século XIX, atingindo seu auge entre as décadas de 1890 e nas primeiras décadas do século XX. (IBGE) Segundo Simonetti (2010), a Itália estava em colapso econômico devido à unificação², os imigrantes que chegaram ao estado eram em geral pobres, católicos e oriundos da mesma região do país, o norte.

No norte da Itália a situação havia se agravado, pois permaneciam com uma característica agrária, regido por relações sociais extremamente arcaicas, impedindo o desenvolvimento econômico, levando as massas à miséria e fome. (Simonetti, 2010, p. 2)

A necessidade de mão de obra se fazia necessária no cenário atual ao qual o país se encontrava nos anos finais do século XIX, encontrando na imigração um caminho para suprir a demanda por mão de obra.

² Unificação ou *Risorgimento* foi no termo pelo qual é designado o movimento nacionalista iniciado na Itália nos primeiros anos do século XIX e que resultou na unificação dos Estados Italianos sob o governo do Rei Vítor Emmanuel II. (Azevedo, 1999, p. 402)

Vendrame (2016), na sua pesquisa, nos traz os fatores que levaram os italianos a se lançarem a cruzar o mar em direção ao Brasil, sendo os mais pertinentes as condições socioeconômicas, as políticas de recrutamento, as redes de apoio, a propaganda empreendida pelo governo brasileiro e a perspectiva de melhores condições de vida no Brasil. O qual será explicado a seguir.

No que diz respeito às condições socioeconômicas, Vendrame (2016) nos mostra que a situação na Itália rural era precária, pois os camponeses viviam em terras pouco produtivas, eram arrendatários de pedaços pequenos e recebiam pagamentos baixos por seu trabalho no campo. Muitos eram acometidos pela fome e a pobreza, os camponeses vinham ao Brasil na perspectiva de melhores condições de vida, pois aqui teriam acesso à aquisição de terras e a "oportunidade de serem seus próprios senhores". Já as políticas de recrutamento ofereciam uma série de concessões e subsídios assim como acesso à crédito para a aquisição dos lotes.

As Redes de apoio eram outro instrumento de fomento à vinda de imigrantes, já que as famílias que tinham parentes instalados nas colônias tendiam a pagar e incentivar outros italianos a também virem para as colônias gaúchas. Essas redes forneciam uma melhor adaptação, o que encorajou muitos a fazerem a travessia.

Outro fator determinante foi a propaganda difundida pelo estado e empresários da emigração que desempenhou papel importante na atração dos imigrantes italianos, exaltando o país como uma terra de oportunidades com terras férteis e clima ameno.

Por fim, os aportes apresentados compuseram um conjunto de fatores que construía uma imagem promissora do Brasil, como uma terra de bonanças e de oportunidades, que transformariam a vida dos imigrantes e lhes trariam melhor condição de vida. Tais promessas levaram os colonos a procurarem no Brasil a melhoria de vida que tanto sonhavam. Portanto, podemos dizer que havia um projeto coletivo firmado na comunidade de origem que reforçava a dinâmica dos deslocamentos para o além-mar e na formação de um universo cultural nas terras do sul do Brasil (Vendrame, 2016).

Imagem 1: Propaganda do Brasil difundida no norte da Itália



Fonte: Vendrame, 2016.

Nesta monografia, destaca-se em especial as ondas migratórias com destino à região sul do Brasil, mais precisamente o Rio Grande do sul. Com a assinatura da lei de terras de 1850³ pelo Imperador Pedro II, a negociação das terras agora era permitida. Frisamos o inciso que beneficiava imigrantes europeus que estivessem dispostos a se instalar no Brasil. Em 20 de maio de 1875, os primeiros imigrantes vindos da Itália chegaram à região que hoje é o município de Caxias do Sul, ocupando a região da serra gaúcha. Outras se seguiram a primeira, sendo que as cinco primeiras colônias de imigrantes foram:

- 1874 as colônias de Dona Isabel (atual Bento Gonçalves) e Conde d'Eu (atual Garibaldi);
- 1875 Colônia de Fundo de Nova Palmira (atual Caxias do Sul);

³ A lei de terras, também conhecido como Lei n 601 de 18 de setembro de 1850 apresentou uma legislação sobre a prática de comércio de terras.

- 1877 Silveira Martins
- 1884 Colônia Álvaro Chaves (atual Veranópolis)
- 1885 São Marcos e Antônio Prado

O trajeto percorrido pelos imigrantes era, primeiramente, aportarem no Rio de Janeiro e posteriormente viajarem para as colônias citadas acima. O esforço do estado em trazer imigrantes para o país foi uma iniciativa do governo imperial, a política de imigração perpassou o período imperial e seguiu na Primeira República ou República Velha, que perdurou de 1889 a 1930, período esse que se caracteriza pelo forte federalismo e autonomia das províncias, sendo o RS conhecido por suas políticas autônomas que em algumas situações iam de encontro ao Governo Federal. O Rio Grande do Sul:

como um dos membros componentes da União Federal Brasileira, constituiu-se sob o regime republicano, no livre exercício da sua autonomia, sem outras restrições além das que estão expressamente estatuídas na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. (Art. 1º da Constituição Estadual).⁴

No que diz respeito à política do período na República, era polarizada entre dois partidos: Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o Partido Federalista, que divergiam nas questões políticas e econômicas regionais. A economia rio-grandense era majoritariamente agrária, com foco na pecuária voltada principalmente para exportação de charque, que enfrentava uma grande concorrência platina. Esforços eram necessários para que o estado diversificasse sua produção agrária, então, entrou o esforço do estado em promover a vinda de imigrantes para atender essa demanda.

Conclui-se que as difíceis condições de vida no país de origem levaram os imigrantes a atravessarem o Atlântico e, conforme mais famílias se instalavam na região, formaram-se núcleos de apoio que foram construindo comunidades de auxílio mútuo. Estes imigrantes trouxeram consigo não somente sua mão de obra, mas um pedaço do seu país que, na relação com o Brasil, construiram mais do que um território a imagem de sua terra natal, pois uma nação é composta de povos com

⁴<https://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3d&tabid=3456&language=pt-BR> Acesso em: 18 nov. 2023.

culturas e costumes distintos, cada habitante passando por um processo interno e externo de transformação no caminho da construção da sua cultura e da cultura do local onde vive. A língua, as tradições, a culinária e tudo o que compõe a cultura destes povos imigrantes cruzaram o mar com eles, instalando-se no Brasil e transformando a cultura local.

3.2.1 A FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE DONA ISABEL E O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

Localizada na região nordeste do estado do Rio grande do Sul, oriundas de terras devolutas do Império, ou seja, eram lotes sem propriedade definida, caracterizava-se à época como rota de passagem de tropeiros que vinham dos Campos de Cima da Serra em direção à capital para vender/adquirir gêneros alimentícios como café, arroz, açúcar e comercializavam queijos, couro, charque.

O ato de 24 de maio de 1870 foi assinado pelo Presidente da província de São Pedro, que determinou a criação da colônia de Dona Isabel e Conde d'Eu, recebendo estes nomes em homenagem à princesa filha do Imperador Pedro II e seu esposo respectivamente.

Colônias foram criadas com o intuito de atender à política de imigração fomentada pelo estado brasileiro. Com o advento deste ato, imigrantes oriundos da Europa vieram a se estabelecer nas ditas áreas. Com a ocupação da terra o Estado almejava desenvolver o local economicamente, sendo assim, os imigrantes europeus trariam sua mão de obra e técnicas agrícolas, fomentando esse desenvolvimento.

Vale ressaltar que, segundo Nogueira (2002), o Regulamento Colonial de 1867 foi uma normativa governamental que visava regulamentar a organização e funcionamento das colônias agrícolas que seriam ocupadas pelos imigrantes trazidos da Europa. Ato este promulgado pelo imperador Dom Pedro II.

O regulamento estabelecia regras para concessão das terras, definia direitos e obrigações dos imigrantes, estabelecia certo nível de assistência aos imigrantes, determinava a necessidade promover uma infraestrutura para o bem-estar e segurança dos colonos.

O Regulamento Colonial de 1867 (1867, art. 1º) estabelece que "as colônias serão criadas por decreto do governo imperial". O regulamento também

define os requisitos para a imigração para o Brasil, que incluem ser adulto, saudável e capaz de trabalhar na agricultura (Regulamento Colonial de 1867, art. 12º).

As terras eram divididas em lotes e o valor estipulado era de cerca de vinte contos de réis que deveriam ser pagos por quem o adquirisse. Vendrame (2016) ressalta que a propaganda promovida pelo Estado através dos recrutadores era, em parte, uma inverdade, pois veiculava que terras estavam sendo distribuídas gratuitamente no Brasil. O título vinha com a quitação da dívida, portanto, as terras foram adquiridas pelos colonos, e não distribuídas de graça pelo Estado.

Problemas entre empresários da imigração, o Estado e as províncias levaram a uma certa desorganização nas colônias, fazendo com que muitos imigrantes fossem de uma colônia para outra em busca de melhores condições. Posteriormente, será analisado como estes indivíduos se autorregulavam.

Com a instalação da República em 1889, o estado do Rio Grande do Sul adotou uma forma de governo autoritária com raízes positivistas. Com a Constituição Estadual de 1891, que estipulava que o vice-presidente da província poderia ser reeleito indefinidamente desde que obtivesse 3/4 dos votos, o regime de voto aberto em vigor dava meios para que a situação permanecesse no poder indefinidamente.

Sendo o voto presente e a descoberto, o processo se tornou coercitivo, maculando o processo que pretendia ser democrático, inibindo qualquer oposição, pois os eleitores podiam ser coagidos a votar no candidato previamente escolhido por um líder dominante, caracterizando assim o tão conhecido Voto de Cabresto⁵.

3.2.2 A FORMAÇÃO DA COLÔNIA DE ALFREDO CHAVES

A Colônia de Alfredo Chaves, atual município de Veranópolis-RS, foi um dos destinos em que imigrantes italianos se instalaram no sul do Brasil. Localizada na serra nordeste do estado do Rio Grande do Sul, sua colonização começou em 1884, com a chegada dos imigrantes oriundos da Itália.

⁵ Diz-se do voto dado pelo eleitor aos candidatos que lhe são inculcados por um chefe político ou cabo eleitoral, sem que o votante – denominado "eleitor de cabresto" – saiba exatamente em quem vota, ou por que vota. Tais eleitores são transportados para "currais eleitorais", onde são alimentados e festejados, e de onde somente saem na hora de depositar o voto na seção eleitoral. (FARHAT, 1996)

Banhada pelo rio das Antas, era um local onde tropeiros passavam periodicamente com destino a Montenegro, sendo ponto de repouso e nomeado como Roça Reúna. Posteriormente, em 1884, o local foi renomeado como Colônia de Alfredo Chaves em homenagem ao engenheiro Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.

A partir de 1830, todo o território desta região pertencia ao município de Santo Antônio da Patrulha, e as freguesias mais próximas da atual cidade de Veranópolis eram Lagoa Vermelha e Vacaria. Uma única estrada ligava estas freguesias ou distritos a Santo Antônio da Patrulha. (Veranopolis.gov Acesso em: 17 nov. 2023)

Imigrantes Europeus se instalaram na região oriundos das províncias italianas de Treviso, Pádua, Cremona, Mântua, Belluno, Tirol e Vicenza. Estes colonos instalaram-se devido à iniciativa do Estado Sul-rio-grandense de promover sua vinda como parte do programa de colonização.

Em 1898, passou à categoria de vila. Por existir outro município com o nome de “Alfredo Chaves”, no Espírito Santo, foi oficializado o nome Veranópolis (que significa “cidade veraneio”). (Veranópolis.gov. Acesso em: 17 nov. 2023.)

Quando chegaram à região, encontraram um cenário muito diferente do qual imaginavam, tendo que desbravar a mata virgem e criar uma infraestrutura que era quase inexistente. Transformaram a área em terras produtivas nas quais produziam uvas, vinho, trigo, milho e outras culturas, mantendo seu modo de vida trazido consigo de seus pais de origem.

3.3 COMO ERA ORGANIZADA A SOCIEDADE NAS REGIÕES DE COLONIZAÇÃO ITALIANA (RCI).

O sentido da vida social dos imigrantes era sua existência enquanto membros de uma família, pertencentes a um grupo e fazendo parte de uma determinada comunidade, segundo Vendrame (2016, p. 326).

Uma sociedade fortemente enraizada na instituição família, era esse o eixo central que movia as sociedades imigrantes que se instalaram na região da serra gaúcha. O nome próprio detinha muito poder na hierarquia social e era cultivado com muito zelo pelas famílias, ou seja, a preocupação com o “bom nome” regia as interações sociais. A preocupação com a honra era muito grande, pois significava a manutenção da honra e o poder social da família e, conseqüentemente, do indivíduo.

Quando surgiam conflitos, o estabelecimento da paz dependia muito mais da reparação dos danos causados a outrem do que a aplicação da lei estatal. Escolhas privadas firmadas entre as partes tinham primazia na resolução de conflitos, concomitantemente à justiça “externa” que era usada como um meio de garantir o cumprimento do acordo entre as partes. Segundo Vendrame, “as comunidades da região coloniais do sul do Brasil eram sociedades complexas onde as relações eram permeadas por constantes hostilidades entre as famílias e confrontos diretos entre imigrantes” (2016, p. 327).

Vemos uma sociedade que tende muito mais a autorregulação e não tanto à justiça do Estado. Fato este que nos diz muito sobre como os colonos viam o crime, castigo e honra. Era neste cenário que passou a atuar o personagem aqui analisado: Paco. Sua atuação como bandido e agente político era entendida dentro de uma leitura social muito apurada, o que lhe rendia sucesso em suas empreitadas.

A percepção dos imigrantes quanto à atuação do Estado criava uma barreira para a sua efetivação, pois, segundo Vendrame, durante muito tempo a autogestão das divergências tinha a preferência dos colonos, que viam como direito seu reivindicar atos de vingança (de sangue inclusive) e reparação da honra individual e familiar. Em muitos casos, o julgamento da própria comunidade era mais cruel do que a avaliação estatal. A punição ou a proporção da reparação era diretamente proporcional ao bom nome da família envolvida, ou seja, os colonos detinham o status sociais distintos que eram proporcionais a suas relações de apoio e do prestígio cultivado na sociedade campestre.

4. “UM BANDIDO DE FAMÍLIA”: ANÁLISE DO BANDIDO SOCIAL FRANCISCO SANCHES, O PACO.

4.1 A HISTÓRIA DE FRANCISCO SANCHES

Paco foi um bandido social que atuou na região do Vale do Rio das Antas RS. Nasceu na colônia de Dona Isabel, atual Bento Gonçalves, filho de Francisco Sanches Collados e Antônia Buenazella Foan, espanhóis imigrados primeiramente para o Chile e, logo em seguida, ao Brasil, onde se instalaram na quinta seção da Margem esquerda do Rio das Antas, também conhecida como “Quinta Magra” devido ao solo ser pouco fértil, com geografia que dificultava ainda mais o plantio e, conseqüentemente, a subsistência das famílias ali instaladas.

Em uma das dezenas de imigrantes italianos que chegaram à Serra Nordeste do Rio Grande do Sul, em 1886, havia um casal de espanhóis, Francisco e Pilar Sanches. Eles trouxeram duas filhas pequenas, Maria e Dolores. E um terceiro veio na barriga da mãe, que engravidou durante a travessia do Oceano Atlântico. Seria o primeiro filho homem e recebia o nome do pai, como era tradição na família, acrescido da palavra Filho, Francisco Sanches Filho viveria 45 anos e se tornaria uma lenda (DE PARIS, 1999, p. 177).

Segundo Marina (2020), observa-se que a localização das moradias de Paco e seus pais era um indicativo da situação econômica da família. O “Borgo” era um local de moradia de famílias com abastadas, geralmente imigrantes italianos que chegaram na região no sec. XIX. O local chamado “Barrancado do Rio das Antas” era particularmente problemático devido à cheia dos rios, o que dificultava a vida de quem habitava aquela região. Observa-se aí a situação financeira em que a família de Paco se inseria.

A situação dos Sanches melhora a partir do momento em que uma de suas filhas, Maria, se casa com um comerciante local, Serafim Vanelli, de Nova Pompeia, proprietário de um pequeno mercado. Sendo ele um comerciante, fez com que agora Maria pertencesse a um núcleo familiar ou rede de apoio que lhe conferiam melhores condições se comparadas à anterior. Devido à dinâmica econômica colonial, os comerciantes detinham mais prestígio que os demais colonos.

Maria, a filha mais velha, preparava-se para casar. O marido era o comerciante Serafim Vanelli, de Nova Pompéia, proprietário de um pequeno mercado. Esperavam, com a virada do século, que se desenhasse um cenário auspicioso para construir uma família, muito

diferente das imagens tristes que os anos anteriores plantaram na memória. Precisavam apenas de um auxílio para conseguir tocar o negócio de Vanelli, Francisco Sanches sugeriu ao casal levar Paco, que já estava com 12 anos, era um garoto forte. Maria e Vanelli aceitaram. O único filho dos Sanches abandonou então a casa da família, levando consigo uma infância forjada pela desgraça (GUERTLER, 2006, p. 34-35).

Casas de comércio como a que Paco agora trabalharia eram, segundo Vendrame, “localizadas sempre muito próximas às capelas, caracterizavam-se como lugares de troca de informações, as notícias eram transmitidas e as opiniões expostas em acaloradas discussões” (VENDRAME, 2016, p. 324). Sendo um local de encontro da comunidade, ali acontecia todo o tipo de “entretenimento”, não eram incomuns a jogatina, discussões, brigas e apostas. Paco aprendera aí como funcionava o jogo e, mais que isso, como eram as vicissitudes sociais que regiam as interações entre colonos.

Alfredo Chaves passou por várias crises econômicas, devido à região ser um polo extrator de madeira. Isso fazia com que houvesse consequências à comunidade como pragas de gafanhotos que assolava as plantações. Isso fez com que vários agricultores e comerciantes dedicarem-se ao transporte e extração das toras, que eram transportadas pelo rio. A bodega em que Paco trabalhava não era uma exceção, o que o levou a atuar como balseiro no transporte de madeira.

Este foi o caso de Paco que, em função da grave crise econômica que assolou os diversos setores da sociedade, teve que buscar renda fora da casa de comércio do cunhado. Mas ao perceber o entorno do cotidiano, o jovem Paco aprendeu que uma arma significava mais que autodefesa, significava poder. (Marina, 2022)

Paco conheceu a região por terra e água, assim como estabeleceu contatos e conexões durante sua vida profissional. Essas condições o fizeram uma figura conhecida na comunidade, aliado à sua herança familiar que não lhe rendeu posses, mas a fluência no espanhol, o italiano usado nas casas de comércio e inevitavelmente o português. Esse dinamismo e seu conhecimento sobre o mundo colonial o tornavam um agente agregador de influência muito eficaz, o que não passaria despercebido pela elite política local.

Segundo Marina (2020), Paco passa a exercer uma diversidade de funções na região de Alfredo Chaves, como: proteger comboios, controlar a travessia de mercadorias e a segurança de comércio, fazendo amizade com muitas pessoas,

inclusive alguns “bandidos” - chamados assim pela elite política local por serem oposição ao PRR de Borges de Medeiros.

Os colonos, lembrou o comerciante Pigozzo, vinham do interior do município para falar com ele na Prefeitura. Resolvia os assuntos para os agricultores, desde briga de casal até falta de recursos médicos. “Paco era um homem a favor do Governo”, lembrou o professor Franceschini. Naquele tempo governava o Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, que tinha como opositor Assis Brasil. O voto não era secreto. Segundo analistas políticos, Borges de Medeiros, conseguiu ficar no poder mais de duas décadas graças à bem montada e lubrificada máquina eleitoral que criou, onde Paco era uma das peças muito importantes na Serra Nordeste (DE PARIS, 1999, p.181).

Paco passou então a atuar ativamente como agente na manutenção local do poder do PRR. Trabalhou ativamente, seja por meio de agressões ou intimidação, fazendo dele um agente aliciador de votos. Paco garantia que os votos fossem a favor do PRR, seja por força ou pela compra, garantindo a manutenção do poder da elite política local que o empregava. Concomitantemente com o seu “trabalho eleitoral”, vinha a imunidade que a sua função lhe conferia junto às autoridades; desta forma, fazia-se valer de seu contato com as elites locais para cometer alguns delitos que acabavam por ficar impunes. Bem relacionado politicamente, Paco se tornou cada vez mais poderoso:

Sabendo-se protegido pelas autoridades, Paco assalta a casa de comércio de Sylvio Giordani, na Estrada “Buarque de Macedo”, sem que nada lhe acontecesse. Com esse roubo Paco pôde avaliar sua segurança. (PFEIL, p. 30)

No cálculo político, o agente toma decisões que buscam maximizar seus objetivos, considerando certos fatores como popularidade, apoio de outros agentes, ganhos a curto e longo prazo e suas implicações imediatas. Então, Paco mostra certa habilidade política, sendo essa habilidade aliada à sua inteligência social em notar onde fazer pressão e onde ceder; isso o fez lograr sucesso, pelo menos até que um erro lhe custasse caro.

Mesmo sendo um descendente de imigrantes espanhóis, ou seja, um *outsider* nas relações familiares coloniais, ele habilmente transita entre a esfera de redes de apoio da colônia e o intrincado cenário político riograndense em que se insere.

Seu tempo trabalhando na casa de comércio lhe deu as habilidades necessárias para analisar e agir de maneira a maximizar seus ganhos, não somente monetários, mas de influência e conseqüentemente poder de impor sua vontade entre os colonos, seja por coerção, violência ou até mesmo camaradagem.

Seguindo a linha de Hobsbawm (1975; 2005), vemos que bandidos são figuras ambíguas, para uns são foras da lei que perpetuam atos de violência, tais como roubos, assaltos, brigas, dentre outras. Para outros, são heróis que roubam dos poderosos, niveladores dos *status quo*, vingadores justos que fazem justiça contra os opressores. Mais do que isso, são figuras emblemáticas que transitam entre duas esferas de influência.

No caso da colônia em que Paco atuou, temos a esfera das relações de parentesco e de apoio as quais ele, mesmo não sendo um típico colono italiano de família influente, logra sucesso em gerar simpatia e respeito entre certas famílias. Como bandido social, Paco se encaixa neste espectro divisado por Hobsbawm, no sentido de que podemos constatar que sua atuação seguia os preceitos traçados pelo citado autor.

Levando em consideração sua perspicácia em seu campo de atuação, Paco emprestava (ou em certos casos dava) dinheiro para certos indivíduos que ganhavam sua empatia, como um colono polaco que havia perdido no jogo o dinheiro de uma venda de bois, ao qual quando reconhecido por Paco de seu tempo da “quinta magra”, lhe deu o dinheiro de volta.

Em Nova Roma, Paco ficava no hotel Campagnoni, contam os antigos do lugar que por volta de janeiro fevereiro de 1930, (...) estava jogando e viu um jovem colono polonês triste num canto. Reconheceu ser filho de um amigo seu lá da Quinta Magra, interior de Veranópolis. Perguntou o que se passava, e o colono lhe relatou que havia jogado e perdido o dinheiro da venda de uma junta de bois. Paco meteu a mão no bolso e lhe deu a quantia que havia perdido e o aconselhou: “Não jogue mais. Só quem ganha é o dono da banca”. (DE PARIS, 1999, p 187).

Paco operava de forma variada, exercendo seu poder, ora na forma de demonstrações de força que inspiravam medo, ora demonstrando amizade para com os colonos, atuando como agente político no meio colonial.

O medo podia lhe garantir a segurança que a amizade não podia proporcionar, pois estar em uma posição de poder como “bandido” requer constante manutenção a fim de inibir ataques dos inimigos. A troca de favores e a ajuda aos colonos davam a Paco o respaldo necessário para seguir atuando, já que caso precisasse de abrigo ou apoio em algum momento a obteria junto à população. As redes de relacionamento eram importantes ferramentas de amparo entre a sociedade camponesa na região de colonização italiana. Os laços de Paco com a elite política faziam com que ele fosse o elo entre o núcleo dos colonos e as elites, sendo um facilitador nestas relações de poder, pois os colonos eram avessos a buscarem o Estado para lidar com seus conflitos, em sua maioria as questões eram resolvidas localmente sem a presença ou a participação das instituições do Estado.

O ato de recorrer às instâncias judiciais servia para encontrar uma solução para impasses, uma maneira de fazer pressão para que um acordo privado fosse estabelecido, não esperando que o tribunal desse a sentença definitiva. Tal opção permite analisar a questão dos “usos da justiça” [...] era (justiça) como apoio no encaminhamento da resolução de conflitos, e não como órgão principal que deveria mediar esses impasses. (Vendrame, 2016, p. 325)

Londero diz que a capitação do bandido pelos agentes políticos apresenta-se quando o bandido em questão passa a ter a proteção institucional que recebe para ampliar seus crimes, testando assim sua possibilidade de sobrevivência e aumentando seu poder. (Londero, 1997, p. 12). Essa relação ambígua com a sociedade e a lei faziam com que Paco se destacasse como um bandido social; sua trajetória laboral como balseiro e comerciante o faziam ter as concepções certas e habilidades necessárias para que fosse um facilitador da manutenção do poder das elites políticas.

Paco ganha fama como bandoleiro atuante entre 1912 e 1930, desempenhando papel a serviço dos políticos aliados de Borges de Medeiros, o Presidente da província na época. Paco é considerado um bandido social pela historiografia, termo esse explicado por Hobsbawm, que se refere a criminosos que operam em certos contextos político-sociais.

O banditismo social de Hobsbawm busca compreender o surgimento de criminosos nas áreas periféricas, principalmente rurais, economicamente desfavorecidas, movimento este que surge em resposta a desigualdades e exploração

social. Examinando como os bandoleiros agem em desafio ao poder estatal e às elites dominantes, sendo muitas vezes apoiados por redes de camponeses locais.

O bandoleiro, conhecido por sua violência, habilidades de combate, destreza com armas e perícia com facas, o tornava uma figura temida na região do vale do rio das Antas – e não se encaixa no modelo de Hobsbawn em sua totalidade, pois Paco agia como um bandido a serviço das elites eleitorais que faziam uso de seus serviços para a manutenção do poder.

Ao longo de sua trajetória como bandoleiro, foram-lhe atribuídos vários homicídios - em torno de 150 - bem como centenas de agressões, assaltos, roubos e também como agente aliciador de votos nas eleições.

Processado várias vezes por seus crimes de estupro e lesões corporais em Bento Gonçalves, sendo sempre absolvido, Paco sabia tirar proveito da situação em virtude do ambiente que ia se formando em torno de si. (PFEIL, 1995 pg 17).

O número de assassinatos atribuídos a ele pode ser exagerado e ser fruto da própria lenda gerada a esse personagem, o que só reforça a sua figura de violência e habilidade que fizeram parte do imaginário que cerca os bandoleiros.

Paco era morador, em um primeiro momento, do interior da colônia de Dona Isabel, na linha Brasil, na quinta seção da margem esquerda do rio das Antas (a Quinta Magra). A região em que Paco atuava, primariamente de imigrantes Italianos, era povoada, também, com outras nacionalidades, como a polonesa e a espanhola. Ao contrário da maioria dos colonos, Paco era alfabetizado e falava fluentemente italiano, português e sua língua materna, o espanhol. Trabalhou em casa de comércio e como balseiro, mas a atividade “profissional” que mais exerceu foi a de “bandoleiro”, não somente um simples ladrão, mas como “fosforo” (uma espécie de cabo eleitoral da época).

Pertencia ao grupo que apoiava o governo Borges de Medeiros, fazendo o serviço que consistia em angariar votos nas eleições, fazendo uso de intimidação e muitas vezes de violência. Paco era um cabo eleitoral altamente disputado pela sua capacidade de angariar votos, que podia se dar pela intimidação que empregava nos eleitores ou, o que é mais provável, pela influência que tinha na sociedade. Na época o voto não era secreto, o que garantia que esse tipo de eleição fosse eficaz.

Explorando esse contexto eleitoral, o partido da situação lograva a manutenção do poder em suas mãos.

O delegado de Alfredo Chaves, Octacílio Vaz, que também era subintendente, aliou-se a Paco e seu grupo para praticar roubos na região. Ao arrepio da lei, Paco roubou a casa comercial de Sylvio Giordani, na estrada Buarque de Macedo. Sob a mesma proteção de quem deveria aplicar a lei, o bandido fez o que mais tarde seria conhecido como o maior assalto de sua carreira criminosa, logrando um butim na importância de 30 contos de reis em mercadorias da loja Feres Miguel e irmão, localizada em Bento Gonçalves.

Todavia, na divisão do butim, o delegado guardou para si a melhor das mercadorias, não entregando a Paco a parte que lhe era devida. O evento fez com que a sociedade entre o delegado e o bandido chegasse ao fim. Paco, sendo um bandido, ao contrário do “distinto” delegado, que era um agente da lei, de agora em diante, o caçaria.

Fazendo uso de sua rede de informações, soube de antemão que o delegado iria ao seu encalço para levá-lo à justiça; Paco, então, resolveu empreender fuga num carro de aluguel, levando consigo uma jovem que acabara de raptar. Mal sabia que o delegado estava acordado com o policial que pretendia fazer uma emboscada.

O confronto entre Paco e os policiais resultou na morte do delegado e do comandante da guarda municipal que o acompanhava. Paco e sua acompanhante feriram-se na peleja e esse, fingindo-se de morto, aproveitou o descuido e alvejou seus atacantes, resultando, assim, na morte do delegado e do comandante. As autoridades enfurecidas aumentaram a recompensa pela “cabeça do criminoso”.

Após matar o delegado e o comandante da Guarda municipal, Paco sabia que seria alvo de uma caçada ainda mais implacável. Refugiou-se nas barrancas do rio das Antas, região essa que conhecia muito bem devido a sua atividade anterior de barqueiro, fazendo uso de suas redes de apoio que o protegiam das autoridades. Contava com a ajuda dessa rede quando precisava de pouso e alimentação e ainda o protegiam da caçada.

No domingo do dia 19 de fevereiro de 1931, Paco voltava para casa escoltado por amigos e os filhos que iam à frente, quando um disparo foi ouvido, sendo esse o

sinal de um dos amigos que o escoltava, mas que o traía e foi se esconder na mata. Paco tentou fugir, mas não teve tempo, foi alvejado múltiplas vezes pelos seus algozes.

Mesmo após constatar que o bandido estava morto, os assassinos ainda descarregaram suas armas no bandido que tinha a fama de se fingir de morto para pegar seus inimigos de surpresa: descarregaram toda a sua munição no corpo inerte.

4.2 AS DIFERENTES VISÕES ACERCA DE PACO

Londero (1997) analisou a trajetória de Paco fazendo uso da história oral, por relatos de testemunhas sobre ele e seus feitos, e enfatiza que, apesar de um bandido para muitos, Paco era um bom pai de família e era um provedor para seus filhos. Interessante frisar que, segundo as fontes de Londero, o bandido era visto como um salvador por alguns, estes que nos momentos em que a lei o caçava lhe davam abrigo e auxílio.

Segundo Hobsbawm (2005), o banditismo foi um movimento social recorrente na América Latina, particularmente nas sociedades rurais, sendo uma forma de resistência camponesa, é resultado da desigualdade entre a classe camponesa e a elite. No caso do sul Brasil, era uma elite agrária que fazia uso do banditismo como uma maneira de estender o seu poder e o controle através do voto aberto, através de agentes que controlavam as eleições. Paco era um destes agentes, não se encaixando plenamente nos moldes apresentados por Hobsbawm.

O conceito proposto por Hobsbawm divide o banditismo social em três tipos: o bandido nobre como Robin Hood, que roubava dos ricos para dar aos pobres; os guerrilheiros primitivos como os criadores de rebanhos da Ásia; e os guerrilheiros como Lampião, que mantinha uma espécie de milícia que atuava no sertão da região nordeste brasileira. Vários dos exemplos de bandidos que atuavam no meio camponês encaixavam-se em um ou mais destes aspectos.

Através da análise que Londero propôs na sua obra, vemos que Paco era muito mais complexo em sua atuação. Roubava de colonos e os aterrorizava, mas estendia a muitos, também, uma mão amiga, o que mais tarde o beneficiava; sequestrou uma

moça de sua casa – com quem casou – mas era um bom pai de família segundo essa e outras esposas que teve; podia usar de coerção para com os mais fracos, entretanto, alguns o lembram como um defensor dos oprimidos.

O que difere Paco de Lampião, por exemplo, seria seu trabalho para o Estado ou a personificação do Estado representada na figura das elites que detinham o poder estatal, pois, no sul do Brasil, a elite agrária é frequentemente atrelada ao poder estatal. Lampião era um fora da lei, contra o Estado; enquanto Paco se apresentava como um facilitador da manutenção da concentração do poder político-econômico.

O bandido, segundo Hobsbawm, não podia ter laços familiares que o prendessem a terra, todavia, Paco agia de maneira contrária a esta visão, pois fazia uso dos núcleos familiares quando exigia a situação. Segundo a obra de Vendrame (2016), os colonos organizavam-se em núcleos familiares ancorados na figura do patriarca. Paco, então, operava navegando entre essa sociedade baseada em clãs, o que o tornava tão eficiente no tempo em que atuou como bandido.

As relações entre os bandidos e a elite rural, que na América são conhecidos como caudilhos, faz com que o conceito de Hobsbawm não se encaixe de maneira satisfatória no contexto brasileiro, particularmente o da região aqui estudada. Então, o banditismo regional apresenta-se de maneira diferente, ao contrário do molde apresentado pelo autor, ou seja, não era um movimento pré-político, mas sim um movimento político.

Banditismo sendo um fenômeno complexo deve ser analisado a partir da perspectiva que tem como base uma multiplicidade de fatores que são intrínsecos à realidade brasileira. Diminuindo o recorte, entendemos que o Rio Grande do Sul, por ser uma espécie de fronteira tríplice, apresenta-se de maneira singular à realidade do banditismo do resto do país.

O banditismo é propenso, segundo Hobsbawm, em regiões onde a desigualdade social é alta e a presença do Estado é fraca, situação que condiz com a realidade do recorte. A distribuição da propriedade da terra é concentrada nas mãos de uma pequena elite agrária, situação essa que perdura até a atualidade, mas nas Regiões de Colonização Italiana, a distribuição da terra se deu de maneira em que certas famílias se ajudavam. Mas aos estrangeiros, aqueles que não compartilhavam da mesma origem e cultura, havia muita suspeita.

Sendo a maneira como a sociedade civil se organizava, a situação política da época tinha um sistema eleitoral propenso a manipulações, possibilitando o partido da situação de sequestrar este mesmo sistema. O banditismo praticado por Paco era um sintoma deste sistema.

O banditismo de Paco deve ser visto também como uma forma de ascensão social, pois, nas regiões de imigrantes, a mobilidade social era difícil para aqueles que não faziam parte das redes de proteção e parentela que regiam a sociedade camponesa dessa região.

Usando relatos sobre a família de Paco, Londero nos mostra que ela não se encaixa nos moldes do típico colono, pois “em meio aos colonos italianos, a família de Paco causava estranheza pela maneira como se comportava, pela maneira como se vestia e pela educação que possuía” (LONDERO, 2011). Seus pais vestiam roupas finas, o que era incomum na região, levantando-se a possibilidade de quererem ostentar “ares de nobreza”.

Assim como mencionado no capítulo anterior, Paco falava fluente três línguas, o que o colocava em situação superior ao colono comum. Mais uma vez Londero nos cita:

Dentro desse contexto, ele aparece na região, desde o início, como uma pessoa controvertida, diferente das demais e, falando todas essas línguas, levava vantagem frente aos italianos na relação com as autoridades locais, quase todas brasileiras. (Londero, 2011, p. 154)

O “terror da região”, “o valente” e por vezes “violento”. O “terror da zona colonial”, “um verdadeiro bandoleiro”, essas são algumas das alcunhas legadas a Paco. Respeito e medo, podemos ver o apelo que a elite política via nesse agente que, além de transpor a barreira linguística, instigava medo e respeito nos colonos.

Ressaltam-se muitas características do bandoleiro: galanteador, forte, justiceiro, toda essa construção faz do personagem em questão quase uma lenda aos olhos dos colonos, o que lhe conferia ainda mais poder. Temos a construção do bom bandido e do bandido implacável descritas por Hobsbawn em Paco. A lenda do bandoleiro o reveste de heroísmo e infâmia.

5. CONCLUSÃO

O banditismo não é um fenômeno isolado, mas está relacionado a uma série de fatores históricos, sociais e políticos. O estudo de parte da trajetória de Paco nos ajuda a compreender a complexa realidade social nas colônias italianas no Rio Grande do Sul, assim como o poder se configurava no estado.

Frequentemente, vemos o banditismo como uma forma de resistência contra opressão do governo e da elite, o que faz de Paco único é o movimento contrário, o banditismo como uma forma de opressão apoiada pela elite política.

Paco, como analisa Londero (2016), se fazia valer de seu conhecimento do funcionamento da sociedade imigrante que se autorregulava de maneira muito específica, seguindo uma série de preceitos próprios que regiam a vida na colônia e faziam com a sociedade camponesa da serra gaúcha fosse um organismo social singular dentre outras que habitavam o Brasil.

Traçando um panorama do funcionamento da sociedade imigrante, podemos afirmar que: era uma sociedade dividida em células distintas que seguiam a instituição da família. Mas sempre estavam prontas à solidariedade perante agentes externos que pudessem representar uma ameaça à coesão dessa sociedade, fossem do Estado ou mesmo internos quando sofriam repressão caso não obedecessem aos preceitos afirmados por essa sociedade.

As relações familiares desempenhavam um papel essencial na vida dos imigrantes. Ser parte de uma família era fundamental para sua identidade e sensação de pertencimento. A reputação e o nome da família eram importantes, governando as interações sociais. Preservar a honra familiar era crucial para a posição social do indivíduo, ficando a justiça em segundo plano em relação à preservação da honra. Quando ocorriam hostilidades entre as famílias e confrontos diretos entre os imigrantes, a sociedade tendia a resolver seus próprios conflitos através da autorregulação, em vez de recorrer à justiça estatal. A visão dos colonos sobre crime, punição e honra era influenciada por essa autogestão.

O poder na colônia era estabelecido obedecendo uma intrincada organização pautada nestes relacionamentos: na honra, na vingança, na defesa da família e na justiça privada. As redes de apoio centradas na parentela e na honra familiar ditavam

como seriam as resoluções dos conflitos. A organização social colonial e a dificuldade da penetração do poder estatal propiciavam a atuação de bandoleiros, sendo o mais célebre justamente Paco.

Os imigrantes olhavam com desconfiança e/ou ceticismo para o papel do governo, e, por conta disso, a autorregulação era instrumento comum na resolução de disputas. A própria comunidade frequentemente aplicava julgamentos mais rigorosos do que o sistema estatal, e as penalidades estavam diretamente ligadas à reputação e ao bom nome da família envolvida. Sendo os conflitos resolvidos frequentemente entre acordos privados entre as partes envolvidas, sem a intervenção do estado.

Outro aspecto singular a zona de imigração diz respeito ao papel dos agentes políticos e dos bandidos. Entendemos que algumas pessoas, como o mencionado Paco, conseguiam compreender e aproveitar essa dinâmica social complexa para seus próprios interesses, atuando tanto como agentes políticos quanto “criminosos”. Parte desta dinâmica social diz respeito à troca de favores, utilizada como moeda de troca entre as famílias.

O funcionamento desta troca de favores, as relações de impunidade, o medo e o respeito construídos por Paco faziam com que ele, além de “bandoleiro”, fosse um agente agregador de poder para a força política que regia o poder estatal na região. Enquanto o “bandoleiro” servia ao Estado, gozava de sua proteção. Diversas vezes as autoridades “falhavam” em encontrar Paco, para ele reaparecer novamente nas eleições quando aliciava os colonos através da coerção, ou seja, quando os crimes de Paco serviam aos interesses dos poderosos locais e à política, eles aconteciam sob a égide e a vigilância do Estado, sem qualquer punição. A proteção estatal somada à esperteza empregada por Paco e seu conhecimento adquirido através da interação entre o mundo colonial e a força do Estado, fizeram dele não somente um bandido social, mas um membro proeminente entre outros bandidos sociais.

Londero mostra que a força do conceito está na relação do bandido com a comunidade, pois essa comunidade celebra e destrói Paco. Sua interação entre os dois mundos, o colonial e o núcleo de poder estatal, fazem do referido bandoleiro uma figura singular, servindo à sua forma ao jogo político da República Velha no RS.

Através da análise da trajetória de Paco em seu contexto histórico, demonstramos a organização social das colônias de imigrantes que se instalaram na região da serra gaúcha. Paco era um homem temido, mas também era um homem inteligente e perspicaz. Ele conhecia bem a sociedade colonial e como ela funcionava. Ele sabia como usar da persuasão para intimidar seus oponentes e como usar a política para obter vantagens.

O poder das instituições estatais não conseguia se fazer tão efetivo devido à organização social colonial, assim como pela barreira linguística, sendo o poder exercido por delegados, que nomeavam livremente seus intendentess, sendo Paco um deles. Paco era um agente político do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Era usado pelo partido para controlar o voto e reprimir a oposição. Ele também era um criminoso que roubava e assassinava para obter lucro. Aproveitava-se da simbiose entre o banditismo e a política para obter sucesso em sua atuação como bandido. Figura complexa e contraditória, que representava tanto a violência e a ilegalidade quanto o poder do Estado.

A configuração política no RS na República Velha necessitava de tais agentes para o controle do voto e conseqüentemente a manutenção do poder, mas quando os dois partidos que se opunham juntaram forças para apoiar Vargas, Paco tornou-se uma figura a ser combatida, pois era um elo entre os crimes que foram cometidos na trajetória política destes agentes e de uma rivalidade que já não cabia no jogo político. Ou seja, como nos diz Pfeil (1995, p. 43), Paco agora é altamente perigoso, não como bandido que serviu aos interesses de seus representantes conceituados, mas como um arquivo comprometedor de uma sociedade que o utilizou para fins políticos.

Diante da certeza da mudança na configuração de poder, Paco escreve às autoridades uma carta, ao qual nunca chega ao seu destino. Nela, afirmava que estava disposto a se entregar com a condição que lhe garantissem sua segurança e, ainda, a restituição dos valores roubados.

Situação que culminou com a emboscada e subsequente morte de Paco, o que nos mostra como o poder no Estado se configurava. A simbiose do bandido com o Estado, como podemos ver através da trajetória de Paco, demonstra como a elite política arregimentava figuras como o bandoleiro em questão, assim como os descartava quando não eram mais necessários.

O conceito do banditismo social de Hobsbawn (1975), que contextualiza a mistificação da figura do bandido, ajuda a compreender os conflitos sociais e as lutas de poder que ocorrem dentro da sociedade. Através deste conceito podemos compreender as lutas de poder que regem a sociedade, o que permeia o tempo, pois a sociedade é uma construção erigida na fundação do passado.

Para fins de comparação, vemos o caso do Cangaço, descrito por Correa (2006), no qual temos outro exemplo de banditismo social. Nele, o poder também é excludente da participação popular, sendo que no cangaço a violência era utilizada para combater o controle dos coronéis sobre a população, experiência diferente da vivenciada no sul do Brasil.

Os coronéis em Mato Grosso, cujas bases econômicas podiam, então, porvir tanto da grande propriedade rural, como de um patrimônio urbano, exerciam o poder de decisão efetivamente no âmbito local, ou estadual, mantendo o controle dos empregos públicos e outros privilégios econômicos e sociais, e dispunham também de uma grande capacidade de mobilização de forças, sob o seu comando direto (CORRÊA, 2006, p. 61).

Por fim, podemos agora entender melhor não somente a participação de Paco no jogo político do RS durante a República Velha, mas, também, as diferenças que fazem do bandido social uma figura tão singular, pois, no caso da política no Rio Grande do Sul, a violência protagonizada pelos bandidos sociais (aqui recortado Paco) é utilizada para reprimir a oposição política, sendo um instrumento à serviço dos poderosos e não contra eles. Paco teve sua trajetória fortemente ligada ao Estado para fazer valer a vontade dos poderosos, até que esta trajetória estivesse tão intimamente ligada aos políticos que apenas a sua morte poderia manter intacta sua reputação.

6. BIBLIOGRAFIA:

ALVARADO; Daniel Palma. **Ladrones**: historia social y cultural del robo en Chile, 1870-1920. Santiago: LOM edições, 2011.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. **Constituições sul-rio-grandenses**, 1843-1947. Edição comemorativa do 16º aniversário da Promulgação da Constituição do Estado. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1963. <https://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=frKwldvbn2g%3d&tabid=3456&language=pt-BR> Acesso em: 18 nov. 2023.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso**: (1889-1943). Valmir Batista Corrêa. 2.ed. Rev. e atual. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006.

COSTA, Rovílio. **Povoadores das colônias Alfredo Chaves, Guaporé e Encantado**. In: BORGES, Stella; GARDELIN, Mario; BORTOLAZZO, Paulo (Orgs.). Porto Alegre: EST edições, 1997.

DE PARIS, Assunta; ZARDO, Maria de Fátima Dill Silveira. **A trajetória do comércio de Bento Gonçalves**. Bento Gonçalves: Tipograf, 1997.

DE PARIS, Assunta. **Memórias: Bento Gonçalves – 109 anos**. Coord. Assunta De Paris. Prefácio do Irmão Nadir Bonini Rodrigues. Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves. Arquivo Histórico Municipal. Porto Alegre: Editora Suliani, 1999.

DEVOTO, Fernando. **Las cadenas migratórias italianas**: algunas reflexiones a la luz del caso argentino. *Studi Emigrazione*, v. XXIV, n. 87, p. 356, 1987.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora nacional, 1990. (1ª ed. 1895).

FARINA, Geraldo. **A História de Veranópolis 1888-1892**. Veranópolis: Editora da Prefeitura de Veranópolis, S/D.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. A Historia Agraria en el sur de Brasil: un panorama sobre los últimos avances historiográficos. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana**. Dr. Emilio Ravignani, Buenos Aires, v. 48, p. 174-206, 2018.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Peões de estância e produção familiar na fronteira sul do Brasil (1845-1865)**. Anos 90, UFRGS, Porto Alegre, v. 15, p. 359-383, 2008.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling; VARGAS, Jonas Moreira. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c. 1816 – c. 1844). **Topoi**: revista de história (on-line), Rio de Janeiro, v. 15, p. 389-413, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 169-178.

GUERTLER, Gustavo. **Paco: Uma história escrita com chumbo**. Maneco – Livraria & Editora, Caxias do Sul, RS, 2001.

HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1975.

HOBBSAWM, Eric. O bandido Giuliano. In: **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Reflexões sobre família e parentela. In: VENDRAME, Maíra Ines et al. (org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 12-31.

LEVI, Giovanni; RAMELLA, Franco. **Immigrazione e doppio lavoro lungo il corso della vita: alcune osservazioni sul Piemonte dell'ottocento**. In: ALCIDE CERVI, 11., 1989. *Atti* [...]. 1989. p. 101-112.

LONDERO, Márcia. Parte III. Do bandido social ao crime organizado. In: **Paco: um bandido social da Serra gaúcha, 2011**. Disponível em <<https://books.scielo.org/id/ycrrp/pdf/santos-9788538603863-07.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

MARINA, Marinilse Candida. Paco: herói ou bandido? In: **Étnicos, milenários e bandidos: história dos movimentos sociais no Sul do Brasil (séculos XIX-XX)** / organizador Humberto José da Rocha. – Passo Fundo: Acervus, 2020.

_____. **Marito e buoi dei paesi tuoi: estratégias familiares de friulanos na Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul (1880-1964)**. Itapiranga/SC. Editora Schreiber, 2022.

NOGUEIRA, Carlos Eduardo. **Imigração e Colonização no Brasil: Um estudo sobre o século XIX**. 2a ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

PERISTIANY, J. G. **Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas**. Lisboa: FCG, 1971.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha: "Estado Autoritário e Economia". In: DACANAL José H. e GONZAGA, Sergius. **RS: Economia e Política**. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 7ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PFEIL, Antonio Jesus. **O trágico fim do bandido Paco**. Canoas: Bortolini Edições, 1990.

PFEIL, Antônio Jesus. **O trágico fim do bandido Paco**. Porto Alegre: EST edições, 1995.

RAMELLA, Franco. Por un uso flerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María; OTERO, Hernán (org.). **Immigración y redes sociales en la Argentina moderna**. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995. p. 9-21.

RAMELLA, Franco. Reti sociali, famiglia e strategie migratorie. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. **Storia dell'emigrazione italiana: partenze**. Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 143-159.

RIGHI, José V; BISOGNIN, Edir L.; TORRI, VALMOR. **Povoadores da Quarta Colônia**. Porto Alegre: EST, 2001.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos – EHILA).

SIMONETTI, Fernanda. **Um estudo antropológico entre mulheres descendentes de imigrantes italianos no município de Faxinal do Soturno**. Trabalho final de graduação. Curso de História, Santa Maria: UFSM, 2004.

_____. Mulheres camponesas, descendentes de imigrantes italianos. In: **X Encontro Estadual de História**. ANPUH/RS. Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria; Centro Universitário Franciscano, 2010, 12p.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

VENDRAME, Maíra Ines. **Lá éramos servos, aqui somos senhores**: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

VENDRAME, Maíra Ines. Redes sociais e imigração em cadeia para o Sul do Brasil no século XIX. In: **Encontro Estadual de História**, 10., Santa Maria. *Anais* [...]. Santa Maria: Anpuhrs, 2010. p. 1-16. Disponível em:

http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1278247801_ARQUIVO_artigoamphu-2010.pdf. Acesso em: 19 dez. 2019.

VENDRAME, Máira Ines. **O poder na aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

VOTO de cabresto. In: FARHAT, Saïd. **Dicionário parlamentar e político**: o processo político e legislativo no Brasil. São Paulo: Melhoramentos; Fundação Peirópolis, 1996, p. 970.

WAGNER, Carlos. **Paco, o bandoleiro da Serra Gaúcha**. Porto Alegre: Jornal Zero Hora, 1988.